



Relatório de Gestão

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

GESTÃO 2009/2011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul



Relatório de Gestão

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

GESTÃO 2009/2011



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETOR DO FORO
Juiz Federal Marcelo De Nardi

VICE-DIRETOR DO FORO
Juiz Federal Altair Antonio Gregorio

DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Carlos Dario Lopes Daudt Filho

ASSESSORA DA DIREÇÃO DO FORO
Sibele Wolff Garcez (até 18/03/2010)

CONSULTORA DO GRUPO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL
Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka

COORDENADOR DA OUVIDORIA
Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri

**COORDENADOR DO SISTEMA DO PROCESSO ELETRÔNICO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 4ª REGIÃO NA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**
Juiz Federal Paulo Paim da Silva

**COORDENADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA
4ª REGIÃO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**
Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior
(até 31/08/2009)
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli
(a partir de 01/09/2009)

**COORDENADOR REGIONAL DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO
N A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**
Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior
(até 28/09/2009)
Juiz Federal Substituto Jurandi Borges Pinheiro
(a partir de 29/09/2009)

COORDENADORA DOS SERVIÇOS DE ATERMAÇÃO
Juíza Federal Substituta Ana Maria Wickert Theisen
(até 07/04/2010)
Juíza Federal Substituta Ana Inês Algorta Latorre
(a partir de 08/04/2010)

**DIRETORA DA CENTRAL DE MANDADOS DA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE**
Kátia Lisiane Von Mühlen

**DIRETORA DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO**
Andréa Buhl da Silva (até 03/01/2010)
Luisanna Semeraro (a partir de 04/01/2010)

DIRETOR DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO
Antonio Cesar Marques de Matos

DIRETOR DO NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO
Roque Tschiedel

DIRETOR DO NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL
Carlos Alberto Lanzini

DIRETOR DO NÚCLEO DE CONTADORIA
Marco Antônio Soares Ochoa

DIRETOR DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO
Carlos Augusto Legendre Lima

DIRETOR DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
Gustavo André Eckhard (até 28/02/2011)
Marieta Marks Löw (a partir de 01/03/2011)

DIRETOR DO NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL
Aimoré Leal Teixeira

DIRETOR DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Renato Apolonio Scholz Rodrigues

DIRETOR DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Luigi Frusciante Filho





DIRETORES E VICE-DIRETORES DE FORO DAS SUBSEÇÕES

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE
Juiz Federal MARCELO DE NARDI
Diretor do Foro

Juiz Federal ALTAIR ANTONIO GREGORIO
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ
Juiz Federal LORACI FLORES DE LIMA
Diretor do Foro

Juíza Federal Substituta IRACEMA LONGHI MACHADO
Vice-Diretora do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES
Juiz Federal MARCELO KRÁS BORGES
Diretor do Foro

Juiz Federal ROGER DE CURTIS CANDEMIL
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL
Juíza Federal ALESSANDRA GÜNTHER FAVARO
Diretora do Foro

Juiz Federal Substituto LEANDRO DA SILVA JACINTO
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS
Juiz Federal GUILHERME PINHO MACHADO
Juíza Federal CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES
Diretor do Foro

Juíza Federal CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES
Juiz Federal JOSÉ MASAYUKI SUGINO
Juiz Federal Substituto DANIEL LUERSEN
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAPÃO DA CANOA
Juiz Federal ANDREI PITTEN VELLOSO
Diretor do Foro

Juíza Federal Substituta MARILÉIA DAMIANI BRUN
Vice-Diretora do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO
Juiz Federal NÓRTON LUÍS BENITES
Juiz Federal FREDERICO VALDEZ PEREIRA
Diretor do Foro

Juiz Federal Substituto FELIPE VEIT LEAL
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL
Juiz Federal ROBERTO SCHAAN FERREIRA
Diretor do Foro

Juíza Federal ADRIANE BATTISTI
Vice-Diretora do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA
Juiz Federal MOACIR CAMARGO BAGGIO
Diretor do Foro

Juiz Federal PAULO MARIO CANABARRO TROIS NETO
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM
Juiz Federal LUIZ CARLOS CERVÍ
Diretor do Foro

Juiz Federal Substituto
LÚCIO RODRIGO MAFFASSIOLI DE OLIVEIRA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GRAVATAÍ
Juiz Federal ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA
Diretor do Foro

Juiz Federal Substituto JOSE RICARDO PEREIRA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO
Juiz Federal LUÍS HUMBERTO ESCOBAR ALVES
Diretor do Foro

Juíza Federal SUSANA SBROGIO GALIA
Juiz Federal FERNANDO ZANDONÁ
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO
Juiz Federal PAULO PAIM DA SILVA
Diretor do Foro

Juiz Federal ALEXANDRE ROSSATO DA SILVA AVILA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO
Juiz Federal GIOVANI BIGOLIN
Diretor do Foro

Juiz Federal EDUARDO GOMES PHILIPPSEN
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS
Juiz Federal CRISTIANO BAUER SICA DINIZ
Diretor do Foro

Juiz Federal CLÁUDIO GONSALES VALÉRIO
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO GRANDE
Juíza Federal CLAUDIA MARIA DADICO
Juíza Federal JOANE UNFER CALDERARO
Diretora do Foro

Juíza Federal JOANE UNFER CALDERARO
Juiz Federal SERGIO RENATO TEJADA GARCIA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL
Juíza Federal MARIA LUCIA GERMANO TITTON
Juiz Federal LUIZ CLÓVIS NUNES BRAGA
Diretor do Foro

Juiz Federal LUIZ CLOVIS NUNES BRAGA
Juiz Federal ADRIANO COPETTI (a partir de 26.02.2011)
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA
Juiz Federal JORGE LUIZ LEDUR BRITO
Diretor do Foro

Juiz Federal EZIO TEIXEIRA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA
Juíza Federal JOANE UNFER CALDERARO
Juíza Federal VERBENA DUARTE BRITO DE CARVALHO
Juíza Federal LIANE VIEIRA RODRIGUES
Diretora do Foro

Juiz Federal Substituto RAFAEL LAGO SALAPATA
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Juiz Federal BELMIRO TADEU NASCIMENTO KRIEGER
Diretor do Foro

Juíza Federal MARIA CRISTINA SARAIVA FERREIRA E SILVA
Vice-Diretora do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO
Juíza Federal CRISTIANE FREIER CERON
Diretora do Foro

Juiz Federal Substituto GUILHERME MAINES CAON
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO
Juiz Federal GERSON GODINHO DA COSTA
Diretor do Foro

Juiz Federal FÁBIO VITÓRIO MATTIELLO
Vice-Diretor do Foro

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA
Juiz Federal GUILHERME BELTRAMI
Diretor do Foro

Juiz Federal JOSÉ MASAYUKI SUGINO
Juiz Federal Substituto ADERITO MARTINS NOGUEIRA JÚNIOR
Vice-Diretor do Foro



MENSAGEM DO DIRETOR DO FORO



“Administrar a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, parte da Justiça Federal da Quarta Região, é um complexo desafio. Trata-se de órgão de grande porte, com representações distribuídas pelo território gaúcho, e com alguns milhares de colaboradores diariamente atendendo o público em suas instalações.

Muito se faz para manter tal estrutura funcionando, e já aí está uma obra impressionante.

A gestão de 2009 a 2011 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul conheceu oportunidades especiais de melhorar os serviços, ampliando a capacidade de atendimento aos jurisdicionados pelas linhas do crescimento absoluto e do aumento de eficiência. As bases para inovação constante estão lançadas, tendo em vista especialmente os primeiros resultados da implantação executiva do Planejamento Estratégico.

Como legado às gestões que se seguem, deixamos a marca da busca da impessoalidade nas ações adotadas, a perseguição permanente da eficiência dos serviços, qualificada por um planejamento e por um controle de resultados. A visão sistêmica de uma instituição que nasceu fragmentada e individualista, apoiada em minuciosa informação aplicada às decisões, constitui o segredo para o cumprimento da nossa missão: *Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva no âmbito da Justiça Federal.*”

Marcelo De Nardi
Juiz Federal Diretor do Foro da
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Gestão 2009-2011

No ano de 2011, completou-se 45 anos da recriação da Justiça Federal. A Lei Orgânica da Justiça Federal de Primeira Instância (Lei nº 5.010, de 30/05/1966) fixou as bases da instituição e criou quarenta e quatro cargos de Juízes Federais e de Juízes Federais Substitutos, distribuídos por todo o país.

Desde a sua criação, a Justiça Federal cresceu muito. A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - SJRS, criada com apenas três Varas Federais, todas na capital do estado, hoje atende às demandas dos jurisdicionados com a estrutura de 75 Varas e Juizados, distribuídos em 23 diferentes cidades-sede, além de 4 Turmas Recursais sediadas em Porto Alegre.

Na gestão que ora finda, foram instaladas duas Turmas Recursais e quatro Varas Federais, sendo duas novas Subseções. Para atender às novas unidades, foram criados 8 cargos de magistrados e 70 cargos de servidores, na forma da Lei nº 12.011/2009 – ação necessária para suportar uma demanda que cresce na medida em que a Justiça Federal aproxima-se mais do cidadão, seja através da interiorização, seja pelo uso de mais recursos informatizados, conforme se verifica na tabela ao lado.

TRAMITAÇÃO PROCESSUAL
(JULHO/2009 A MAIO/2011)

	FÍSICOS	ELETRÔNICOS	TOTAL
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	78.388	490.073	568.461
PROCESSOS SENTENCIADOS	120.383	324.974	445.357
ACÓRDÃOS DAS TURMAS RECURSAIS	9.870	278.074	287.944
PROCESSOS BAIXADOS	225.385	247.418	472.803
PROCESSOS REMETIDOS AO TRF/STJ/STF	39.463	136.395	175.848
PROCESSOS REMANESCENTES EM TRAMITAÇÃO	160.258	261.419	421.677

FONTE: INTRANET - ESTATÍSTICAS MENSAIS 1º GRAU

A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul conta, ao final desta gestão, com 150 magistrados, 1655 servidores e 452 estagiários.

Este relatório apresenta as principais ações e projetos realizados pela Administração da SJRS entre julho de 2009 e junho de 2011. As demais atividades desenvolvidas no período estão registradas nos Relatórios Anuais de Atividades da Seccional.



IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A demanda da sociedade por um Estado mais eficiente vem exigindo transformações na condução das instituições públicas. Novos modelos de gestão, baseados em planejamento, controle e visão sistêmica, tornam-se essenciais para o alcance de resultados efetivos.

Com recursos humanos escassos e crescente demanda por melhores serviços, para cumprir a missão da Justiça Federal (*Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional rápida, acessível e efetiva*) é fundamental que se responda de forma coletiva e alinhada, potencializando a ação de todos para objetivos comuns. Uma gestão mais integrada deve proporcionar a melhoria do desempenho da instituição, com maior eficiência e transparência, resultando em fortalecimento da Justiça Federal frente à sociedade e frente aos outros Poderes.

O ano de 2009 foi marcado pelo início da mobilização nacional para a formulação do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. A definição, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de metas de nivelamento e de diretrizes para a formulação da estratégia pelos órgãos do Judiciário foi a força necessária para desencadear de forma institucional e sistêmica o processo que já havia começado na SJRS há alguns anos.



A implantação do Planejamento Estratégico em números

127 pessoas envolvidas diretamente (magistrados e servidores)
33 pessoas treinadas em Gerenciamento de Projetos
58 reuniões de acompanhamento dos projetos
50 indicadores de desempenho definidos com metas

As iniciativas anteriores - formulação do Planejamento Estratégico da gestão 2005/2007, projeto "Gerenciamento pela Qualidade Total nas Varas e Juizados Previdenciários" e Planejamento Estratégico da Área Administrativa, entre outras - serviram de base para o processo iniciado em outubro de 2009, de construção do Planejamento Estratégico Institucional.

Com a participação de representantes de diversas áreas, foi realizado um seminário para levantamento de necessidades. Criou-se o Comitê Institucional, formado por 18 membros - magistrados e servidores - para alinhamento das estratégias para o período de 2010 a 2014. O trabalho culminou na publicação da Portaria nº 02/2010, da Direção do Foro, que aprovou o Planejamento Estratégico Institucional da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

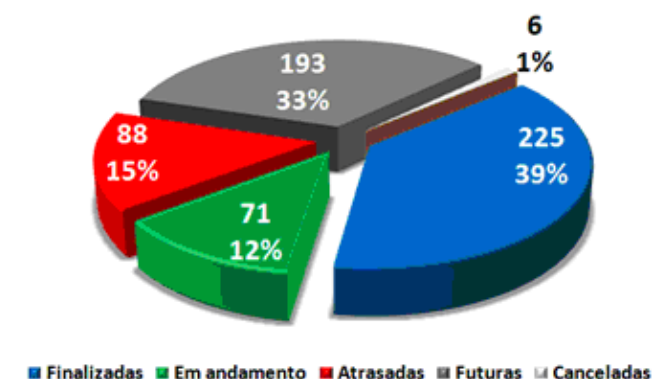
A partir daí, iniciou-se a etapa mais crítica - a efetiva implementação do plano estratégico. Sob a coordenação da Seção de Planejamento e Gestão, foi estabelecida uma parceria com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (Qualidade - RS), que se concretizou em agosto de 2010, com a celebração de convênio que trouxe à JFRS consultores do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) com o intuito de auxiliar a

Seccional a colocar em prática as ações necessárias à superação dos desafios identificados.

A partir do Mapa Estratégico da Justiça Federal da 4ª Região, foram definidos os projetos necessários para o alcance das metas. Líderes e gestores foram designados, com a responsabilidade de coordenar a implementação das ações. O Comitê Institucional passou a atuar no acompanhamento e controle dos resultados.

Atualmente, há 21 projetos estratégicos, sendo 19 em andamento e 02 em fase de avaliação (pré-projeto). Das 583 ações propostas nos planos de ação dos projetos, 39% foram concluídas até 31/05/2011.

Status de Ações - Maio 2011



PROJETOS PRIORIZADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Nove projetos foram priorizados para o ano de 2011. Suas principais informações são elencadas a seguir:

Projeto “Padronização e melhoria dos procedimentos das Varas Federais, Juizados e Turmas Recursais”

Escopo: Implementação de método de gerenciamento de rotinas, com foco na melhoria do fluxo de trabalho nas unidades judiciárias e na aplicação de ações adequadas visando a contribuir para a razoável duração do processo.

Principais benefícios:

- Organização e racionalização dos fluxos processuais.
- Execução segura dos procedimentos, em especial por parte dos servidores novos.
- Identificação e disseminação de melhores práticas.

Início: março de 2011

Situação: *O projeto foi iniciado com a identificação e priorização dos procedimentos passíveis de uniformização na área judiciária. Os próximos passos envolvem a coleta de boas práticas junto às unidades, para posterior padronização.*

Projeto “Sistema de Conciliações”

Escopo: Implantação de atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, estimulando a solução coletiva e autocompositiva das demandas de massa e gerenciando perante as instituições partes nos processos, para que se disponham à composição amigável.

Principais benefícios:

- Solução definitiva dos processos de forma célere.
- Maior satisfação das partes no atendimento dos interesses em conflito.
- Diminuição da distância entre a cidadania e o Judiciário.

- Prevenção de litígios.

- Redução do número de processos em tramitação.

Início: janeiro de 2011

Coordenação: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Subseção Judiciária de Porto Alegre

Situação: *O projeto integrou ações já previstas no âmbito do Sistema de Conciliações da Justiça Federal da 4ª Região com novas iniciativas. A implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON's) em 5 Subseções do Interior do estado é ação vinculada ao projeto, em alinhamento às disposições do Conselho Nacional de Justiça. A realização de conciliações pré-processuais e a sistematização/documentação das rotinas de conciliação são algumas das iniciativas em andamento.*

Leia mais sobre o tema no tópico “Conciliações”.



OBJETIVO DO GMD

Objetivo:

Implementar uma sistemática de Planejamento e Acompanhamento das despesas, buscando a melhor utilização dos recursos e a melhor compreensão das peculiaridades de cada Subseção.

Benefícios

- Aumento da eficiência com a manutenção dos recursos;
- Melhoria na identificação das necessidades de investimentos;
- Implementação de uma cultura gerencial para perenização do método pela força de trabalho da JFRS;
- Maior participação dos Magistrados e servidores no processo orçamentário;
- Identificação e disseminação de boas práticas.



Projeto “Gerenciamento Matricial de Despesas”

Escopo: Implementação de metodologia de gerenciamento das despesas correntes, buscando aplicar os recursos de modo eficiente, garantindo a economicidade e a racionalização na aquisição de materiais, bens e serviços.

Principais benefícios:

- Melhoria na utilização de recursos públicos.
- Desenvolvimento de cultura de planejamento e controle de despesas.
- Identificação e disseminação de melhores práticas de consumo.
- Maior transparência na execução da despesa.

Início: agosto de 2010

Coordenação: Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças e Seção de Planejamento e Gestão

Situação: Com vistas a apurar oportunidades de otimização dos gastos, um extenso levantamento de dados, com posterior análise, foi realizado junto às áreas envolvidas como passo inicial para o desenvolvimento do projeto. Após finalizada esta etapa, realizaram-se, rodadas de negociações de metas de consumo (de água, energia, material de expediente, etc.), com a participação das Subseções Judiciárias do Interior do estado. Com as metas acordadas entre os envolvidos, foram elaborados planos de ação para o seu alcance. Teve início, então, um trabalho de divulgação do projeto e mobilização dos magistrados e servidores lotados nessas Subseções, através de visitas presenciais e reuniões por videoconferência. O

engajamento desses magistrados e servidores possibilitou a verificação de resultados já nos primeiros meses de trabalho, tendo sido atingida a marca de aproximadamente R\$ 530.000,00 de redução de gastos em consumo.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido junto às Subseções do Interior, foram realizadas ações estruturais com o objetivo de efetivar renegociações contratuais. Para isso, contou-se com forte apoio dos diversos gestores de contratos lotados nos Núcleos de Apoio Administrativo, de Apoio Operacional e de Tecnologia da Informação. Juntamente com os gestores de pacotes, os responsáveis pelos contratos analisaram, entre uma série de melhores práticas identificadas em outros órgãos, aquelas que poderiam ser incorporadas aos contratos da JFRS. Tendo isso em vista, iniciaram as renegociações diretamente com as empresas contratadas.

Atualmente, busca-se ampliar o envolvimento das unidades da Capital no projeto, além de efetivar importantes renegociações contratuais. Até maio de 2011, foi registrada uma economia de 944 mil reais. Em razão de reajustes contratuais já efetivados (telefonia celular, manutenção predial, vigilância e serviços de conservação e limpeza), projeta-se uma economia de 413 mil reais para os próximos meses. Objetiva-se uma otimização nas despesas de, no mínimo, R\$ 3,8 milhões até novembro de 2011.



Projeto “Suporte à implantação e à utilização do e-Proc V2”

Escopo: Prover suporte continuado à implantação e à utilização do sistema e-Proc V2.

Principais benefícios:

- Melhor utilização do sistema de forma a possibilitar maior agilidade no trâmite processual.

Início: outubro de 2009

Coordenação: Núcleo de Apoio Judiciário

Situação: *Com forte apoio do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, o projeto atuou na estruturação de uma rede de apoio à implantação do novo sistema de processo eletrônico, com a formação de consultores e facilitadores, que atuaram na capacitação dos usuários e na sistematização e documentação dos novos procedimentos decorrentes do uso do sistema. Foram redimensionadas as áreas de atendimento ao público nas Subseções, com o objetivo de prestar adequado suporte aos usuários internos e externos. Os próximos passos do projeto preveem ações direcionadas a promover uma maior integração entre os facilitadores, que auxilie na solução das demandas nas Subseções e na padronização dos procedimentos.*

Leia mais sobre o assunto no tópico “Implantação do novo sistema de processo eletrônico – e-Proc V2”.

Projeto “Gestão do conhecimento”

Escopo: Estruturar ações que busquem organizar, consolidar e viabilizar o compartilhamento de informações e conhecimentos estratégicos na SJRS, com implementação de sistema de reconhecimento.

Benefícios:

- Consolidação e disseminação do conhecimento.
- Estímulo à colaboração e à troca de experiências.
- Incorporação de novos atores aos projetos de inovação institucional.
- Integração entre as distintas áreas e com órgãos externos.
- Maior eficiência e transparência.

Início: janeiro de 2010

Coordenação: Núcleo de Documentação

Situação: *O projeto tem como principal atividade desenvolvida a implantação de ferramenta do tipo wiki, direcionada a consolidar, de forma colaborativa, os conhecimentos sobre o novo sistema de processo eletrônico. Atualmente, estão sendo avaliados novos temas para ampliar a utilização da ferramenta. Está em estudo também a possibilidade de implantação de um “Banco de práticas de gestão” na JFRS.*

Sobre a *wiki*:

A ferramenta *wiki* é um software livre e gratuito. Sua adoção para a SJRS foi estudada pela equipe do projeto, e sua escolha se deu pelas possibilidades de uso colaborativo que propicia. Dessa forma, os conhecimentos registrados podem ser alterados por qualquer usuário interno.

Para gerenciar o conteúdo disponibilizado, há uma equipe de gestão de conteúdo formada por servidores de diversas Varas Federais e da área administrativa. Essa equipe é responsável pela avaliação das contribuições - para verificar a correção da informação - e pela validação dos conteúdos.

A *wiki* é, portanto, uma fonte de informações confiável, servindo de suporte para a disseminação do conhecimento na JFRS.



Projeto “Desenvolvimento de pessoas”

Escopo: Implementar política institucional de desenvolvimento de pessoas, com monitoramento e avaliação de resultados.

Principais benefícios:

- Desenvolvimento de um sistema articulado das ações institucionais de gestão de pessoas.
- Corresponsabilização e comprometimento dos gestores e servidores pelo processo de desenvolvimento do potencial humano na organização.
- Reconhecimento e valorização de magistrados e servidores.

Início: outubro de 2010

Coordenação: Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano

Situação: *O projeto contempla ações como o aprimoramento do levantamento das demandas de capacitação na área judiciária, além do gerenciamento de todas as ações de capacitação destinadas ao desenvolvimento de competências estratégicas pelos servidores da SJRS. Como ações futuras estão previstas, dentre outras, a implementação de metodologia de ensino à distância e a normatização da política de desenvolvimento de pessoas.*

Leia mais sobre o tema no tópico “Gestão de Pessoas”.

Projeto “Saúde no trabalho”

Escopo: Aprimorar o gerenciamento integrado de ações e programas de proteção e promoção da saúde no trabalho com vistas ao fortalecimento da política institucional de gestão de pessoas.

Principais benefícios:

- Desenvolvimento de ambientes e modos de organização do trabalho mais saudáveis, motivadores e produtivos.

Ínicio: novembro de 2010

Coordenação: Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano

Situação: *A equipe do projeto atuou na constituição do comitê permanente multidisciplinar de ergonomia, saúde e prevenção de riscos ambientais (COERGO). Também realizou projeto-piloto de exames periódicos para subsidiar a elaboração de proposta do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e iniciou a implementação do Serviço de Apoio Postural e Ergonômico (SAPE). Como próximos passos, planejam-se ações que auxiliem na maior adesão aos programas de prevenção e de promoção da saúde no trabalho e na criação de ambientes de recuperação e pausa laboral. Além disto, está em andamento junto ao TRF4 proposta de aquisição de software que permitirá a gestão integrada das informações e a produção de estatísticas de saúde no âmbito da Seção Judiciária e de toda a 4ª Região.*

Leia mais sobre o assunto no tópico “Saúde e qualidade de vida no trabalho”.



Projeto “Padrões mínimos de TI”

Escopo: Criação e implementação de política de alocação de recursos de tecnologia da informação, necessários ao desempenho da missão institucional.

Principais benefícios:

- Infraestrutura de TI adequada à execução das atividades relacionadas à visão da JFRS.

Ínicio: novembro de 2010

Coordenação: Núcleo de Tecnologia da Informação

Situação: *A equipe do projeto definiu padrões mínimos de TI para a SJRS, em alinhamento aos padrões já definidos pelas instâncias superiores. Foram considerados quantitativo e idade dos equipamentos, velocidade de links para acesso à internet, dentre outros itens fundamentais ao adequado funcionamento das atividades da JF. Estão previstas ações para a definição de padrões relativos à renovação de recursos e à manutenção de equipamentos.*

Leia mais sobre o tema no tópico “Tecnologia da Informação”.

Projeto “Disponibilidade de serviços de TI”

Escopo: Desenvolver mecanismos e procedimentos que mantenham a infraestrutura de TI disponível aos sistemas essenciais para o desempenho adequado das atividades administrativas e judiciárias.

Principais benefícios:

- Aumento do tempo de disponibilidade dos sistemas essenciais (e-Proc, GEDPRO e SIAPRO).
- Redução do tempo de identificação e solução dos problemas relacionados aos sistemas.
- Melhoria da qualidade no acesso à justiça.

Ínicio: janeiro de 2008

Coordenação: Núcleo de Tecnologia da Informação

Situação: *A principal ação desenvolvida pela equipe do projeto foi a definição dos sistemas essenciais para o funcionamento da JFRS, estabelecidos pela Portaria nº 1217/2010, da Direção do Foro. Atualmente, está em andamento, em ação conjunta do TRF e Seccionais da 4ª Região, a contratação de serviço de monitoramento de sistemas e alerta de incidentes. Os próximos passos do projeto preveem a implantação do monitoramento da infraestrutura de TI e de redundância na infraestrutura dos sistemas essenciais.*

Leia mais sobre o tema no tópico “Tecnologia da Informação”.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DEMAIS PROJETOS EM ANDAMENTO (INICIADOS ENTRE JANEIRO E MAIO/2011)		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL METAS DO PODER JUDICIÁRIO E DESAFIOS	
Mapeamento, padronização e automatização de processos da área administrativa Escopo: Estabelecimento, implantação e automatização de procedimentos-padrão que viabilizem maior agilidade e transparência nos trâmites do processo de contratações, com relatórios gerenciais de dados estatísticos que permitam o acompanhamento da demanda e controle de prazos. Gestão ambiental Escopo: Realizar, incentivar e divulgar ações voltadas à educação ambiental e preservação do meio ambiente, que promovam a Justiça Federal como uma instituição ambientalmente responsável. Melhoria da imagem institucional Escopo: Desenvolver e implementar política de comunicação externa, visando aprimorar a comunicação com a sociedade e ampliar a visibilidade da JFRS. Melhoria da comunicação interna Escopo: Desenvolver e implementar política de comunicação interna, alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, buscando estabelecer com magistrados e servidores um diálogo permanente e transparente. Alocação de pessoal Escopo: Elaboração de política de alocação de pessoal, contemplando a identificação do quantitativo de pessoas, competências e especialidades de cargos	exigidas, de acordo com a especialidade das unidades judiciais e administrativas, a complexidade e o volume de trabalho. Ampliação do acesso a Justiça Escopo: Gerenciamento da instalação de novas Varas e JEFA’s e ampliação das Centrais de Atendimento ao Público, favorecendo o acesso à Justiça Federal e garantindo equidade e agilidade no atendimento à sociedade. Integração com outros órgãos Escopo: Criação de ações estratégicas (convênios e integração de sistemas) para fortalecer a participação junto a outras entidades públicas e privadas. Gestão orçamentária Escopo: Desenvolvimento de sistemática de elaboração e acompanhamento da execução do orçamento operacional e estratégico, viabilizando a execução dos projetos estratégicos de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa. Priorização de demandas de TI Escopo: Implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento de soluções na área de TI da 4ª Região. Melhoria da estrutura física Escopo: Melhoria da estrutura física das unidades (espaço físico, instalações e mobiliários).		Metas nacionais do Poder Judiciário Desde 2009, o Conselho Nacional de Justiça estabelece metas anuais para cumprimento pelos órgãos do Poder Judiciário. Na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, aquelas definidas para 2009 e 2010 foram cumpridas parcialmente. As metas não cumpridas, inclusive as metas para o ano de 2011, estão contempladas em planos de ação para cumprimento no corrente ano e vêm sendo acompanhadas de forma sistemática pela Administração. Principais desafios A implantação de um plano estratégico depende do envolvimento e da mobilização das pessoas nos mais diversos níveis da instituição. A adequada comunicação dos projetos e ações estratégicas possibilita a compreensão, por parte dos envolvidos, sobre as prioridades da instituição e sobre a forma com que cada um pode contribuir para o alcance de resultados. Por esta razão, é necessária a ampliação das ações que busquem aprimorar a comunicação interna e o envolvimento dos magistrados e servidores na execução da estratégia. Outro ponto a ser aprimorado relaciona-se ao reconhecimento e ao incentivo às pessoas que contribuem para os resultados alcançados pela instituição. Está em fase final de elaboração um plano de reconhecimento pelo envolvimento com a estratégia, destinado a estimular uma maior participação e fortalecer a motivação dos envolvidos nos projetos. A implementação deste plano é ação de suma importância para valorizar as pessoas que dispõem de seu tempo e se afastam de suas unidades de trabalho para auxiliar no desenvolvimento de melhorias para toda a Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO – e-Proc V2

Entre outubro de 2009 e janeiro de 2010, uma grande mudança foi concluída na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Com a implantação do novo sistema de processo eletrônico no rito ordinário – o e-Proc V2 – todos os novos processos da SJRS passaram a ser digitais. A mudança - iniciada com a implantação do e-Proc v1 nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, no ano de 2003 - é um relevante passo na busca de maior agilidade e eficiência na prestação jurisdicional. Contribuem para isso a automatização e a simplificação de grande parte das atividades antes realizadas nas áreas de distribuição e nas secretarias das varas.

Além de propiciar maior agilidade, o processo judicial eletrônico viabiliza a ampliação do acesso à Justiça, na medida em que está disponível para o cidadão-usuário 24 horas por dia, em todo lugar com acesso à rede mundial de computadores – a *internet*. Com a facilidade de acesso às informações processuais, a Justiça Federal se torna uma instituição mais transparente – o que vai ao encontro das diretrizes nacionais de ampliação da transparência dos órgãos públicos.

Possibilita também economia de materiais de expediente, contribuindo para uma melhor gestão dos custos operacionais e para reforçar a responsabilidade ambiental da instituição.

Todos esses fatores fazem com que a implantação do novo sistema de processo eletrônico reflita de forma significativa no adequado cumprimento da missão institucional da Justiça Federal.

O desenvolvimento do e-Proc V2 foi coordenado pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação do TRF4. O Núcleo de Tecnologia da Informação da SJRS teve participação fundamental no desenvolvimento de aplicações e na implantação da infraestrutura interna. Coube ainda à Seção Judiciária do Rio Grande do Sul prestar suporte aos usuários – internos e externos.

A Justiça Federal está se preparando para ingressar numa

NOVA ERA

Até o dia 26 de janeiro de 2010

será concluída a instalação do

novo processo eletrônico da

Justiça Federal no Rio Grande do Sul.

A partir desta data, todas as novas ações ingressarão somente por meio eletrônico.

Com esta mudança, ganham a sociedade

e o meio ambiente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO PROCESSO ELETRÔNICO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL*

UNIDADE	CIDADE	DATA
Todas as Varas Federais	Porto Alegre Canoas Novo Hamburgo Pelotas Santa Cruz Lejeadó	8/01/2010
Todas as Varas Federais	Caxias do Sul Bento Gonçalves	14/01/2010
Todas as Varas Federais	Santana do Livramento Uruguaiana Bagé	18/01/2010
Todas as Varas Federais	Santa Maria Cachoeira do Sul Santiago	19/01/2010
Todas as Varas Federais	Santo Ângelo Santa Rosa Cruz Alta	25/01/2010
Todas as Varas Federais	Passo Fundo Carazinho Erechim	26/01/2010

*A implantação na Subseção Judiciária de Rio Grande foi realizada em 20/10/2009 e nas Varas de Execução Fiscal de Porto Alegre em 4/12/2009.

A partir da data de implantação do novo processo eletrônico o Advogado precisa estar regularmente credenciado para o petição eletrônico. Para isto, após preencher uma ficha de cadastro no portal da Justiça Federal na internet, deverá comparecer na Central de Atendimento ao Público, na Distribuição ou na Vara Federal para ativar seu cadastro, que será feito após a apresentação da carteira da OAB, oportunidade em que cadastrará uma senha pessoal.

WWW.JFRS.JUS.BR

Material de divulgação sobre a implantação do e-Proc V2

Em maio de 2011, completou-se o ciclo de implantação, com a disponibilização do e-Proc V2, para os novos processos dos Juizados e Turmas Recursais.

Equipamentos

Visando a garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do novo sistema e facilitar o desenvolvimento das atividades dos magistrados e servidores, foram adquiridos diversos equipamentos, no final do ano de 2009. A compra de 1182 monitores LCD de 19 polegadas possibilitou a duplicação de monitores em todos

os microcomputadores utilizados por magistrados e servidores da área judiciária. Também foram adquiridos 976 novos microcomputadores, em substituição ao parque adquirido até 2005, e 170 notebooks para uso pelos magistrados. Além disso, para apoiar o uso do sistema, 107 novos *scanners* foram instalados.

Foram implantadas duas vias de comunicação de dados independentes entre as Subseções Judiciárias do Interior e Porto Alegre, para prover alta disponibilidade entre os *links* de dados.

Treinamentos e estrutura de suporte

Diante da necessidade de apresentar o sistema aos usuários e, ao mesmo tempo, enfrentar uma grande mudança de paradigma inerente à transição do processo judicial em meio físico para o meio eletrônico - com readequação da sistemática de trabalho nas unidades - os Núcleos de Apoio Judiciário e de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano criaram uma rede de apoio à implantação do sistema e-Proc V2 na SJRS.

Foram formados servidores consultores – responsáveis por compilar os conhecimentos produzidos sobre o sistema e ministrar, em conjunto com o TRF4, treinamentos em todas as Subseções Judiciárias, tanto para o público interno quanto para o público externo. Mais de 1000 pessoas foram treinadas por ocasião da instalação do e-Proc V2, em janeiro de 2010 e em maio de 2011.

Facilitadores tiveram treinamento especializado, com o intuito de prestar suporte em suas varas e Subseções, descentralizando as demandas de atendimento.

Com a implantação do novo sistema, foi necessária a alteração de muitos procedimentos nas varas. Para dar início à padronização das novas rotinas e à integração das unidades que utilizam o processo eletrônico, foi promovido, em julho de 2010, o 1º Encontro de Facilitadores, com a participação de 72 representantes das unidades judiciárias. Melhores práticas para o uso da ferramenta e para a organização do trabalho foram discutidas,

e proposições de melhorias foram endereçadas à equipe de desenvolvimento. O evento foi considerado um marco para a aproximação e a abertura de um canal de comunicação entre os usuários e os responsáveis pelo sistema. Diversas atualizações do e-Proc V2 foram realizadas com base nas demandas apresentadas no encontro.

O Núcleo de Apoio Judiciário assumiu o papel de intermediário entre os usuários e a área técnica de desenvolvimento, agilizando o atendimento das demandas e reduzindo a sobrecarga dos envolvidos nas melhorias técnicas do sistema.

Atendimento ao público

Para proporcionar um suporte efetivo ao usuário externo, foi necessária a ampliação da estrutura de atendimento, com a disponibilização de equipamentos (computadores e scanners) e alocação de servidores treinados para orientação dos advogados e das partes em todas as Subseções.

O Núcleo de Apoio Judiciário foi reestruturado, com a criação da Seção de Apoio ao Processo Eletrônico (através da Resolução nº 23, em 05/04/2011, do TRF4), responsável por prestar auxílio a advogados, procuradores, autoridades, dentre outros usuários do sistema, esclarecendo dúvidas e solucionando problemas. Nas Subseções Judiciárias do Interior, assumiram essas funções os Núcleos e Seções de Apoio Judiciário e Administrativo.

Principais desafios

As ações desenvolvidas pela Seccional no que se refere à implantação do novo sistema de processo eletrônico demonstraram-se adequadas para as necessidades apresentadas pelos usuários internos e externos, servindo de modelo para outras instituições do Poder Judiciário no país, que frequentemente têm feito visitas à JFRS para conhecer as instalações e serviços prestados.

Há, porém, grandes desafios para que a instituição possa considerar-se adaptada às recentes mudanças. A implantação do processo eletrônico em todas as unidades judiciárias exige um novo perfil do quadro funcional, com competências mais específicas – enquanto atribuições anteriormente desempenhadas por servidores passaram a ser automatizadas com o novo sistema, a agilização dos procedimentos de secretaria tem transformado em gargalos os gabinetes. Uma adequação da força de trabalho, tanto do ponto de vista da requalificação quanto da reestruturação de cargos, é urgente, o que fica como desafio para a nova gestão vindoura.

Além disso, não pode ser esquecido o fato de que a mudança de meio do processo judicial, na medida em que altera profundamente os procedimentos das unidades – tornando as atividades desenvolvidas cada vez mais especializadas e repetitivas - pode causar relevante impacto na saúde (física e psíquica) dos magistrados e servidores. A ampliação de ações de prevenção e qualidade de vida no trabalho, já iniciadas na atual gestão, deve ser intensificada para evitar maiores danos ao nosso maior ativo – as pessoas.



INAUGURAÇÃO DE NOVAS UNIDADES

A Lei nº 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou 230 novas varas federais no país. Destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais, foram inauguradas 4 novas Varas no Rio Grande do Sul, sendo duas em novas cidades-sede – Capão da Canoa e Gravataí (esta anteriormente atendida pelo Juizado Especial Federal Avançado).

Foram instalados ainda o Juizado Especial Federal Avançado de Ijuí, vinculado à Subseção Judiciária de Santo Ângelo, e duas novas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais.

A instalação das novas unidades aproxima a Justiça Federal do cidadão-usuário, aprimorando o acesso e qualificando o atendimento das necessidades do jurisdicionado. Com a diluição da quantidade de processos nas mãos de um número maior de juízes e servidores, alcança-se ainda maior celeridade na tramitação processual.

Com esta ampliação, a SJRS passa a ser composta por 23 Subseções, 75 Varas Federais e 4 Turmas Recursais.

Mais 4 Varas devem ser instaladas no estado até 2014.

Novas unidades instaladas e suas respectivas competências:

Nome	Instalação	Competência
Juizado Especial Federal Avançado de Ijuí	15 de outubro de 2010 (Resolução nº 78/2010 - TRF4)	Ações previdenciárias de competência dos juizados especiais
Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário de Canoas	15 de dezembro de 2010 (Resolução nº 79/2010 - TRF4)	Ações previdenciárias de competência dos juizados especiais
5ª Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário de Porto Alegre	27 de janeiro de 2011 (Resolução nº 4/2011 - TRF4)	Ações previdenciárias de competência dos juizados especiais
3ª e 4ª Turmas Recursais	15 de março de 2011 (Resolução nº 9/2011 - TRF4)	Recursos oriundos dos Juizados Especiais Federais
Vara Federal com Juizado Especial Federal Adjunto Capão da Canoa	25 de março de 2011 (Resolução nº 12/2011 - TRF4)	Todas as ações de competência da Justiça Federal
Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível Adjunto de Gravataí	04 de abril de 2011 (Resolução nº 13/2011 - TRF4)	Ações de execuções fiscais, previdenciárias do juízo comum e especial e demais ações cíveis do Juizado Especial



Servidores presentes na inauguração da Subseção de Capão da Canoa

MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Dando sequência ao processo de modernização das instalações da Justiça Federal - que visa a um melhor atendimento das necessidades do jurisdicionado e a melhores condições de trabalho para os magistrados e servidores da JFRS - foram inaugurados novos prédios nas Subseções Judiciárias de Santiago (novembro/2010), Canoas (dezembro/2010) e Bagé (maio/2011).

Convênio com a Prefeitura Municipal de Capão da Canoa possibilitou que a Subseção recém inaugurada já tenha iniciado sua atuação com prédio adequado às necessidades do público externo e interno.

Todos os novos prédios contam com recursos de acessibilidade – rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais.

Bagé, Canoas e Capão da Canoa possuem mobiliário ergonômico.

Na sede da Subseção Judiciária de Canoas, há também sala de perícias, que possibilita maior economia, agilidade e facilidade de acesso do público.

Para os próximos anos, projeta-se a instalação de novos prédios-sede nas cidades de Carazinho, Bento Gonçalves, Erechim, Gravataí e Uruguaiana.

OUVIDORIA

Em agosto de 2010, foram apresentadas as novas instalações da Ouvidoria. Situada no nível de acesso do prédio-sede, a melhoria busca facilitar a comunicação e a interação dos usuários com a Instituição, aprimorando o atendimento prestado ao cidadão.

Foram realizados, entre julho de 2009 e maio de 2011, 6.309 (seis mil trezentos e nove) atendimentos ao público pela unidade, englobando meios presenciais e eletrônicos.



CONCILIAÇÕES

Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Com o intuito de ampliar o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região e adequá-lo à Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesse, a Central de Conciliações da Subseção Judiciária de Porto Alegre foi transformada em Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON). Entre maio e junho de 2011, foram instalados CEJUSCON também nas cidades de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria.

Os CEJUSCON são responsáveis por ações relacionadas à solução de conflitos pré-processuais e processuais e atendimento e orientação à cidadania.

Cada novo CEJUSCON possui um Juiz Coordenador, responsável pela sua administração e pela supervisão do serviço de conciliadores e mediadores.

A mudança, que atende às diretrizes da Resolução nº 125/2010, do CNJ, busca ampliar a realização de conciliações e fortalecer esta prática como forma de solucionar pacificamente os conflitos. É um passo importante na melhoria do atendimento à sociedade através da resolução mais célere dos processos e de uma maior satisfação das partes no atendimento dos interesses em litígio.

Conciliações pré-processuais

Atuando concretamente na prevenção de ajuizamento de ações, na semana seguinte à sua instalação, o CEJUSCON de Caxias do Sul promoveu o primeiro mutirão de conciliações pré-processuais, com 111 audiências realizadas entre 09 e 12 de maio de 2011. Foi alcançado um total negociado superior a R\$ 966.000,00 em contratos referentes a financiamento educacional (FIES).

O CEJUSCON de Porto Alegre também realizou mutirão para conciliações pré-processuais, no período de 13 a 22 de junho de 2011. Com 51 acordos firmados em 84 audiências realizadas, totalizou-se R\$ 1.022.958,00 em valores negociados.

Semana Nacional de Conciliações

Parte do Movimento Nacional pela Conciliação, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, a Semana Nacional de Conciliações teve 1421 audiências realizadas e 717 acordos homologados em 2009. Em 2010, o evento contou com ação integrada da Central de Conciliações de Porto Alegre e diversas Subseções - Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santo Ângelo. As Subseções Judiciárias de Bagé, Bento Gonçalves, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa e Santana do Livramento também se engajaram no movimento e realizaram mutirões. No período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010, atingiram-se 1526 acordos homologados em 2144 audiências

realizadas em todo o estado, com volume acordado de R\$ 20.754.776,38.

Estatísticas de conciliação nos CEJUSCON, Varas Federais e Juizados

De acordo com os relatórios de resultados do Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, disponíveis no site do Tribunal, foram realizadas, pelas Varas e Juizados de todo o estado, no período de janeiro de 2010 a março de 2011, ações de conciliação conforme tabela a seguir:

	Quantidade
Audiências realizadas	11.163
Audiências realizadas com conciliação	5.872

Além disto, o CEJUSCON de Porto Alegre atuou em 1114 audiências, com 452 acordos homologados no ano de 2010.

Realizados entre março e dezembro de 2010, mutirões de desapropriação (BR 392, BR 448 e referentes à ampliação do Aeroporto Salgado Filho) organizados pelo Coordenador Regional do Sistema de Conciliação da SJRS tiveram percentual de acordo superior a 95%, com processamento de pagamento de indenizações aos desapropriados no montante de R\$ 39.555.427,00.



GESTÃO DE PESSOAS

O período que compreende a atual gestão foi marcado pela ampliação e pelo aprimoramento dos projetos e ações com vistas à consolidação de uma Política Institucional de Gestão de Pessoas. A otimização dos processos de trabalho e a integração das atividades da área buscaram o fortalecimento de uma visão sistêmica e o alinhamento das ações e projetos ao Planejamento Estratégico Institucional.

A seguir, destacam-se as principais ações desenvolvidas.

Treinamentos

Entre julho de 2009 e junho de 2011, mais de 100 eventos de capacitação foram realizados, abrangendo temas referentes a competências gerenciais e técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades da JFRS. Os cursos contemplaram assuntos jurídicos (como Direito Previdenciário, Cálculos Judiciais, Sistema Nacional de Identificação de Criminosos – SINIC, entre outros) e administrativos (com assuntos diversos referentes a contratações), além de cursos de Português (com enfoque no novo acordo ortográfico) de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais), duas edições da Reciclagem Anual para Atividade de Segurança e capacitações gerenciais vinculadas ao Programa Competências Coletivas. Os eventos tiveram a participação de servidores da Capital e do Interior, contemplando, sempre que possível, a participação de todas as Subseções.

Desenvolvimento de equipes e *coaching*

Sob a coordenação do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, em 2010 foi implementado o “Programa Competências de Equipe” – integrante do nível Ampliado do “Programa Competências Coletivas”, cujos níveis Básico e Avançado são executados na JFRS desde 2003. O Programa é composto por ações de Desenvolvimento de Equipe, com a participação de todos os membros das unidades, e sessões de *coaching* com os gestores (Juiz Federal e Diretor). Entre seus objetivos, estão desenvolver a cultura do trabalho em equipe, contribuir com o processo de humanização das relações profissionais na Justiça Federal e contribuir com a melhoria do desempenho da unidade no alcance dos resultados esperados pela Justiça Federal.



Além disso, busca identificar e trabalhar com os gestores as dificuldades no exercício da liderança.

Entre o início de 2010 e junho de 2011, duas unidades de Porto Alegre foram atendidas pelo Programa Competências de Equipe – o Grupo de Diretores da área Administrativa e o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano. A partir de junho de 2011, três novas unidades devem ser envolvidas.

Concurso público - Consulta coletiva para nomeação de candidatos da lista geral

Em abril de 2011, foi realizada consulta coletiva para o preenchimento de cargos vagos na SJRS, relativamente ao concurso homologado em julho de 2010. Na oportunidade, foram convocados 48 candidatos classificados na lista geral do estado para optarem pelas 24 vagas livres. Das vagas oferecidas, foram preenchidas 17. O procedimento, conduzido pelo Núcleo de Gestão Funcional, reduziu significativamente o tempo de preenchimento destas vagas - com o procedimento comum, o tempo total da consulta poderia superar um ano.

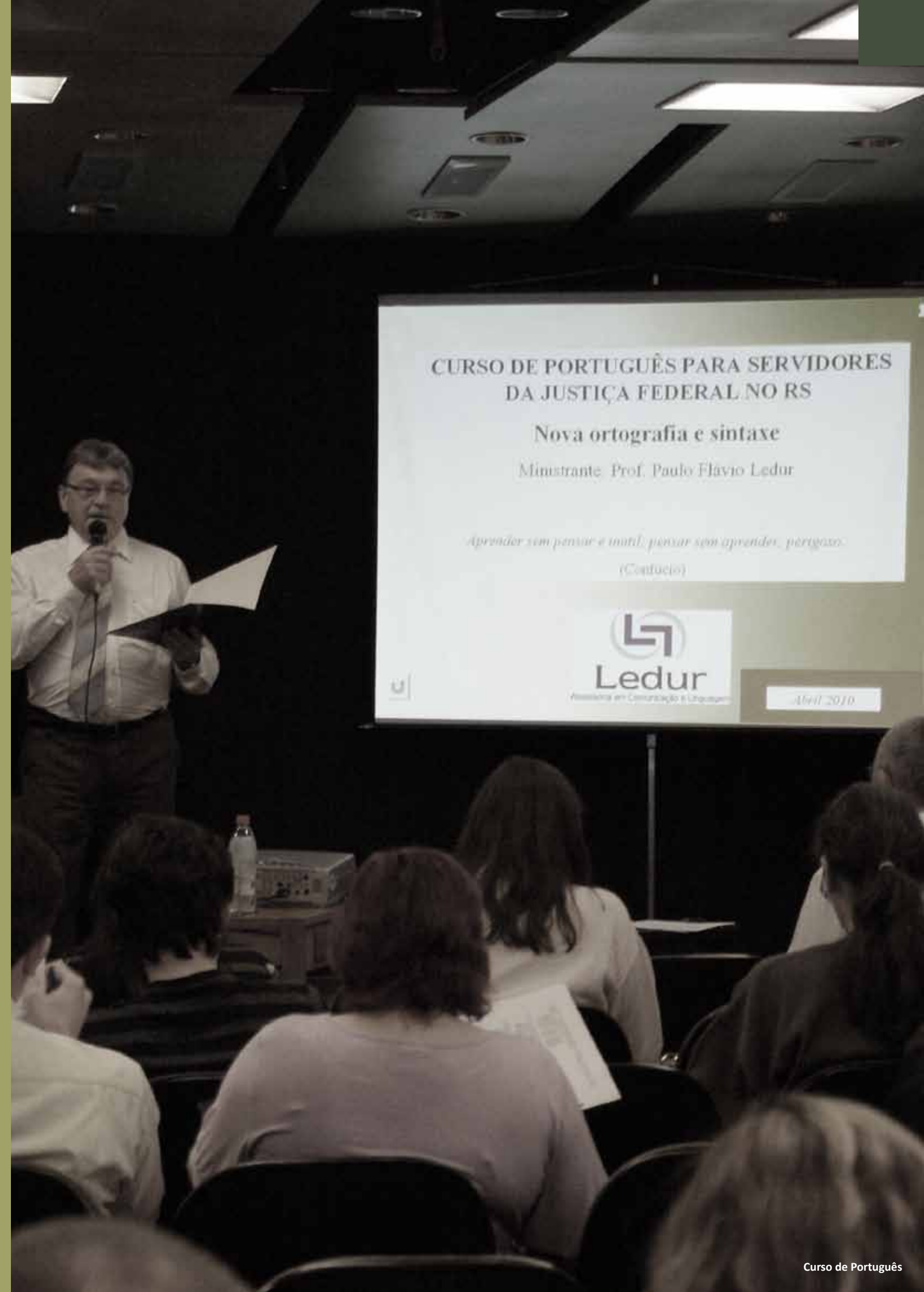
Desde a homologação do referido concurso, houve a nomeação de 115 novos servidores para a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Relatório eletrônico de frequência

O relatório de frequência dos servidores e estagiários - antes remetido em papel, via malote, ao Núcleo de Gestão Funcional - passou a ser efetuado em meio eletrônico, através do sistema “Central RH”. O novo procedimento tornou mais ágil o registro e a busca das informações, além de reduzir o consumo de papel e de serviços de malote.

Estágios

Estudo com proposta de revisão do valor da bolsa-auxílio concedida aos estagiários, elaborado pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, resultou em aumento de aproximadamente 20% na bolsa para nível superior e de 10% para nível médio, incluindo o auxílio-transporte e o seguro pessoal. A alteração dos valores, em vigor a partir de maio de 2011, buscou reverter a defasagem com relação a outros órgãos públicos.



SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Uma gestão mais integrada possibilitou a implementação de novas ações de saúde no trabalho e a melhoria de ações já existentes, com base em uma perspectiva interdisciplinar. A seguir, apresentam-se as principais iniciativas desenvolvidas no período.

Acompanhamento do surto da gripe A

A partir de julho de 2009, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano atuou fortemente no acompanhamento do surto da gripe A (H1N1). O foco esteve na realização de atendimentos e acompanhamento de casos, realização de ações de prevenção e divulgação de informações, baseadas em atualizações diárias quanto às recomendações dos órgãos de saúde.

Foi realizado evento de esclarecimento e conscientização, com a participação do Diretor do Foro da Seccional e de integrantes da Seção Médica e Odontológica. Tal evento foi registrado e ficou disponível para acesso por todas as Subseções via *intranet*.

As Subseções Judiciárias do Interior do estado envolveram-se na campanha, promovendo ações de vacinação, palestras de orientação e divulgação constante de informações.

Com as ações desenvolvidas, evitou-se a interrupção de serviços durante o período e reduziu-se o grau de transmissão do vírus entre os magistrados e servidores.

Comitê de Ergonomia

O Comitê de Ergonomia (COERGO) - constituído por profissionais com formação em Psicologia, Sociologia, Ergonomia, Medicina do Trabalho e Arquitetura - iniciou suas atividades em dezembro de 2010.



Responsável pela proposição de diretrizes e pela articulação dos programas e ações de ergonomia e de prevenção de riscos ambientais, sua principal ação no período foi a elaboração da Nota Técnica nº 01/2010, com novas especificações técnicas para o mobiliário da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. A normatização permitirá a aquisição de móveis com melhor desempenho ergonômico, com redução dos custos financeiros e do impacto ambiental, possibilitando à Administração o estabelecimento de uma política de renovação que assegure a aquisição de móveis de melhor padrão de qualidade, além de uma economia estimada superior a 60% (sessenta por cento) para cada nova unidade adquirida.

Serviço de Apoio Postural e Ergonômico

Com o propósito de amenizar os fatores de risco relacionados às Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e aos Distúrbios Osteomusculares Relativos ao Trabalho (DORT) - intensificados com a implantação do novo sistema de processo eletrônico - o Serviço de Apoio Postural e Ergonômico (SAPE) teve suas atividades iniciadas em 2009, na Subseção Judiciária de Rio Grande e nas Varas de Execuções Fiscais da Subseção Judiciária de Porto Alegre.

O SAPE disponibiliza aulas de orientação postural e ergonômica, combinadas com o atendimento personalizado no posto de trabalho, a partir do qual se promovem as correções e ajustes pertinentes. De modo complementar, também realiza a apreciação ergonômica das condições

ambientais de cada local analisado, visando ao levantamento dos fatores de risco que exijam intervenção institucional mais abrangente.

Em abril de 2011, sua abrangência começou a ser ampliada com o atendimento de 50% das unidades de trabalho – da Capital e do Interior – previsto para até o final do ano. Prevê-se a continuidade do Serviço em 2012, para atender o restante das unidades.

Projeto-piloto de exames periódicos

Nos meses de novembro e dezembro de 2010, foi realizado projeto-piloto de avaliação de saúde de magistrados e servidores em dois Juizados Especiais Federais de Porto Alegre, com a finalidade de aprimorar proposta de exames periódicos do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO). A meta para 2011 é ampliar o acompanhamento aos magistrados e servidores de outras unidades, além de realizar exames periódicos com todos os Agentes de Segurança. Com ênfase em ações de prevenção, os resultados estatísticos das avaliações servirão de subsídio para as ações do COERGO e da área médica.

Programa de Prevenção ao Tabagismo

O Programa de Prevenção ao Tabagismo, coordenado pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, teve início em novembro de 2010, com a palestra “Passo a passo rumo à vida saudável”. Como forma de

apoio às pessoas que desejam parar de fumar, foi realizado o mapeamento de rede de atendimento, com indicação de profissionais para auxílio aos interessados em enfrentar a dependência. Além disso, foi realizada a divulgação de materiais buscando a sensibilização das pessoas para a prevenção e o abandono do tabagismo, com o intuito de auxiliar na promoção da saúde.

Como ação complementar, foi alterado o local do fumódromo do prédio-sede. Anteriormente localizado em local atrativo, em espaço contíguo ao restaurante, foi instalado junto ao estacionamento.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No período decorrido entre julho de 2009 e junho de 2011, os projetos da área de Tecnologia da Informação em toda a 4ª Região da Justiça Federal foram concentrados em desenvolver, implantar e prover infraestrutura ao novo sistema de processo eletrônico. Além disso, algumas ações importantes podem ser destacadas, conforme se descreve a seguir.

Descentralização do atendimento de Tecnologia da Informação

Projetada ao longo da gestão 2007-2009 da SJRS e implementada no segundo semestre de 2009, a descentralização do atendimento de Tecnologia da Informação teve como objetivos aumentar o nível de satisfação dos usuários internos e externos e reduzir o tempo de atendimento às demandas. Através da definição de critérios de priorização de atendimento, das atribuições dos operadores de informática e das atividades passíveis de descentralização, foi possível otimizar o índice de resolução local das demandas. O processo de descentralização aumentou a importância dos operadores e facilitadores de Tecnologia da Informação, tornando-os referência local em assuntos da área.

Para melhor gerenciar o atendimento, foi criado o sistema webSAU, que permite o registro e acompanhamento das demandas pelo usuário através da *intranet*.

Processo de Parada Programada

Foi adotado, em 2009, o Processo de Parada Programada, com a definição e divulgação de cronograma de paralisações para manutenção dos sistemas. O procedimento possibilitou que diversas manutenções fossem aglutinadas em um único período, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos sistemas. Como resultado, foi alcançada uma redução de 96% no tempo de indisponibilidade do SIAPRO no horário comercial e de 84% nos finais de semana já no primeiro ano de implantação.

Plantão de Informática

Objetivando garantir o correto funcionamento dos sistemas processuais (SIAPRO, e-Proc v1, e-Proc V2 e GEDPRO) durante o plantão judicial, foi estabelecido o plantão de informática (conforme a Portaria nº 1.217/2010, da Direção do Foro). O plantão funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 19h às 8h, e nos sábados, domingos e feriados, das 19h do dia útil imediatamente anterior às 8h do dia útil posterior.

Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Desenvolvida pelo TRF 4ª Região, a ferramenta destinada a virtualizar os procedimentos administrativos teve sua implantação iniciada

na SJRS no primeiro semestre de 2010. O SEI modificou diversas rotinas na área administrativa, agilizando os procedimentos e possibilitando a assinatura e certificação digital dos documentos gerados. Outros benefícios alcançados foram a padronização de modelos de documentos, maior segurança no trâmite dos processos administrativos e redução dos gastos com materiais de expediente (principalmente folhas A4 e *tonner* para impressão).

Acesso ao Sistema de Consulta a Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça/RS

Demanda antiga do Grupo de Diretores de Secretaria, a consulta a antecedentes criminais da Justiça Estadual passou a ser muito mais simples e ágil a partir de fevereiro de 2010. As informações anteriormente solicitadas por meio de ofício passaram a ser acessíveis pelo Sistema de Consulta a Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça/RS (CACTJ). A ferramenta, desenvolvida em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado, busca agilizar a prestação jurisdicional por meio do acesso recíproco de dados processuais destinados à certificação dos antecedentes criminais dos réus. Testado por usuários da 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre e da Subseção Judiciária de Santana do Livramento, o sistema foi apresentado a todas as Subseções em abril de 2010.



Gerenciamento de distribuição e cumprimento de mandados

A implantação do SMWeb, o novo sistema de gerenciamento de mandados, desenvolvido pela Seção Judiciária do Paraná, possibilitou a integração dos sistemas SIAPRO e e-Proc V2 no que concerne às rotinas de confecção, distribuição, devolução e acompanhamento de mandados. Antes da implantação do sistema, foi realizado um período experimental junto à 1ª Vara de Execuções Fiscais de Porto Alegre. Posteriormente, sua utilização foi estendida para outras seis Varas Federais da Subseção Judiciária de Porto Alegre e, em janeiro de 2011, o sistema foi instalado para as demais unidades judiciárias. Em março de 2011, foi dado início à definição de padrões de procedimentos a serem adotados para uso do SMWeb no âmbito da 4ª Região.

Sistema Eletrônico para Concessão e Pagamento de Diárias

A possibilidade de acompanhamento das solicitações pelos interessados, a eliminação do uso de formulários impressos e a facilidade de auditoria foram algumas das vantagens proporcionadas pela implantação, no início de 2011, do Sistema Eletrônico para Concessão e Pagamento de Diárias - desenvolvido pela Seção Judiciária de Santa Catarina.

Renovação de equipamentos

Para fazer frente à carga decorrente da virtualização do processo judicial e da implantação do processo administrativo eletrônico, foram comprados 1290 microcomputadores e 65 notebooks no final de 2010, além dos equipamentos adquiridos no ano de 2009 por ocasião da implantação do e-Proc V2. Com esta compra, buscou-se a atualização, na integralidade, dos itens adquiridos nos últimos três anos.



CÁLCULOS JUDICIAIS

Programas para cálculos judiciais

No período em tela, foram disponibilizados no site da JFRS oito novos programas para cálculos judiciais desenvolvidos pelo Núcleo de Contadoria. Os programas agilizam os trâmites processuais, na medida em que possibilitam a solução de cálculos de baixa complexidade sem a necessidade de envio dos processos às áreas especializadas.

Os programas de cálculos previdenciários da JFRS foram selecionados pelo Conselho Nacional de Justiça para disponibilização em seu site, no “Espaço Contador”, para acesso dos servidores de todo o Poder Judiciário, tanto no âmbito estadual como no federal.

Encontro Anual dos Calculistas da JFRS

Nos anos de 2009 e 2010, foram promovidas edições do Encontro Anual dos Calculistas da JFRS. Cada edição contou com dois dias de palestras sobre temas atuais em cálculos judiciais, demonstração de novos programas para cálculo e oficinas, com o intuito de proporcionar troca de informações e experiências entre os participantes. Os eventos contaram com a participação de todos os calculistas da Seção Judiciária.

DOCUMENTAÇÃO

Controle eletrônico do acervo bibliográfico

No ano de 2009, foi implantado o *software Pergamun*, em substituição ao anteriormente utilizado *Thesaurus*. O novo *software* possibilitou a criação de uma rede de bibliotecas, com benefícios para os serviços técnicos e para os usuários. Em 2010, iniciou-se a sua implantação nas bibliotecas das Subseções Judiciárias do Interior, com a divulgação de manuais e treinamentos presenciais e à distância.

Encontro dos Operadores da Gestão Documental

A Subseção de Santa Maria, nos dias 18 e 19 de março de 2010, sediou o Encontro dos Operadores da Gestão Documental. Coordenado pela Comissão de Gestão Documental, o evento – que contou com representantes de 15 Subseções – promoveu a integração dos operadores, possibilitando a troca de experiências, a avaliação e padronização de procedimentos, além de debates sobre o aproveitamento de espaço e a eliminação de processos findos.

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Através da Portaria nº 1188, publicada em 14 de dezembro de 2010, foi instituída a Política de Segurança da Informação da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. A minuta do documento, elaborada pela Comissão Local de Segurança da Informação, foi disponibilizada na *intranet* para consulta e sugestões durante 30 dias. A norma busca prover orientação e apoio à Administração quanto ao tema, sempre de acordo com os requisitos necessários à prestação jurisdicional, as leis e os regulamentos, abordando assuntos como Coordenação e Responsabilidades relativas à Segurança da Informação, Gestão de Recursos e Confidencialidade.



AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO INTERIOR DO ESTADO

Cursos/eventos

Com o intuito de aproximar e instrumentalizar os envolvidos na realização de cálculos judiciais, em março de 2009 e em abril de 2010, foram realizados cursos de cálculos previdenciários direcionados a advogados, peritos e servidores na Subseção Judiciária de Caxias do Sul. Com a participação de aproximadamente 150 pessoas nas 2 edições, os eventos abrangeram temas como os sistemas de cálculo disponibilizados pela JFRS na *internet* - em especial os programas Jusprev III, IV e V, desenvolvidos e mantidos pela Subseção em conjunto com o Núcleo de Contadoria.

A Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul promoveu, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2009, Curso Básico de Tiro, ministrado por instrutores da Polícia Federal. A turma de 18 alunos, envolvendo juízes e servidores das Subseções de Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Lajeado, participou de módulo teórico sobre funcionamento, manutenção e normas de segurança no manuseio de armas, além de módulo prático com treino de disparos, totalizando 8 horas de curso.

Com o objetivo de integrar a Justiça Federal com o meio acadêmico e a sociedade, foram realizadas em maio e em novembro de 2010 edições da programação anual “Justiça Federal e Sociedade”. Os eventos foram organizados em conjunto pela Subseção de Santa Maria e por estudantes de Direito das faculdades da região. Entre os temas abordados, destacam-se Direito Tributário e “O Judiciário em Evolução”.

Organizado pela Subseção Judiciária de Santo Ângelo, evento com o tema “Motivando e Inspirando Pessoas em Tempo de Mudanças” foi realizado em agosto de 2010, na Universidade Regional Integrada – URI.

No intuito de promover a integração entre magistrados, servidores, estagiários, funcionários da Caixa Econômica Federal e público externo, foi montado um galpão crioulo no andar térreo do prédio da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo. O recanto foi desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal especialmente para comemorar a “Semana Farroupilha” de 2010. Na ocasião, foram oferecidos chimarrão e lanche coletivo.

Em maio de 2011, a Subseção Judiciária de Canoas realizou treinamento para formação da Brigada de Incêndio da Subseção. Onze servidores das três Varas Federais e da Direção do Foro foram capacitados.

Gestão documental

A Subseção Judiciária de Passo Fundo teve incremento nas atividades de gestão documental de autos judiciais findos com a eliminação, em 2009 e 2010, de 11.724 processos. Como resultado, 3.417kg de papel foram doados a entidades carentes. Já no primeiro semestre de 2011, foram publicados editais de eliminação de 3.185 autos findos.

Foi iniciado trabalho de eliminação de autos findos pela área de Gestão Documental de Rio Grande, tendo sido eliminados mais de 3.000 agravos de instrumento, resultando na doação de aproximadamente 1.000 quilos de papel à reciclagem.



A Subseção Judiciária de Uruguaiana instituiu, em novembro de 2010, o Grupo de Avaliação de Documentos. Em maio de 2011, a Subseção sediou curso de Gestão Documental, ministrado por servidores do Núcleo de Documentação e da Subseção Judiciária de Passo Fundo. O evento teve transmissão por videoconferência para as Subseções Judiciárias de Bento Gonçalves, Passo Fundo, Rio Grande e Santiago.

Responsabilidade social

Nos últimos dois anos, as Subseções Judiciárias do Interior do estado promoveram diversas campanhas e doações voltadas ao exercício da solidariedade. Houve arrecadação de agasalhos e alimentos para destinação a entidades carentes (Passo Fundo) e visita a creches, com entrega de jogos pedagógicos, no Dia da Responsabilidade Social (Santo Ângelo). Também ocorreu uma campanha de final de ano com entrega de cestas de Natal para os funcionários terceirizados (Caxias do Sul e Novo Hamburgo). A adoção de cartas de Natal e a doação de presentes fizeram a alegria de crianças e adolescentes carentes (Novo Hamburgo, Caxias do Sul). Além disso, uma campanha de cadastramento de doadores de medula óssea movimentou Passo Fundo.

No ano de 2010, a Subseção Judiciária de Canoas participou do Dia da Responsabilidade Social através da instalação de um posto avançado na praça central do Município, para prestação de orientações e atendimento aos cidadãos.

Destinação social das penas pecuniárias dos processos criminais

Diversas Subseções Judiciárias distribuíram recursos arrecadados nas ações penais para entidades beneficentes. Cachoeira do Sul, Carazinho, Santo Ângelo, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Novo Hamburgo, Rio Grande são algumas das Subseções que beneficiaram entidades de diferentes áreas, tais como pessoas portadoras de necessidades especiais, asilos, pessoas de baixa renda, comunidades terapêuticas e de ressocialização de apenados, entre outros.

Atendimento

Com o objetivo de aprimorar o atendimento ao jurisdicionado, as Subseções Judiciárias de Rio Grande e Novo Hamburgo receberam as Centrais de Atendimento ao Público (CAP), respectivamente, em 2009 e 2010.

Segurança

Em junho de 2010, foi criada e instituída a equipe de Segurança na Subseção Judiciária de Novo Hamburgo, composta pelos Agentes de Segurança relatados das Varas para o Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo.

Comunicação

Caixas de sugestão foram distribuídas em todas as unidades da Subseção Judiciária de Passo Fundo, buscando a melhoria na comunicação e expressão entre a Direção do Foro, servidores e usuários da Justiça Federal.

Interação com a comunidade acadêmica

Com o intuito de familiarizar os acadêmicos de Direito com o ambiente judiciário, a Subseção Judiciária de Canoas promoveu visitas guiadas para alunos da Universidade Ritter dos Reis. As visitas abordaram tópicos como a história da Justiça Federal e os sistemas de processo eletrônico, relacionando a teoria discente com a prática forense. Foram proporcionadas, ainda, participação em audiências e visita aos setores da Direção do Foro e Varas da Subseção.



Doações arrecadadas pela Subseção de Passo Fundo

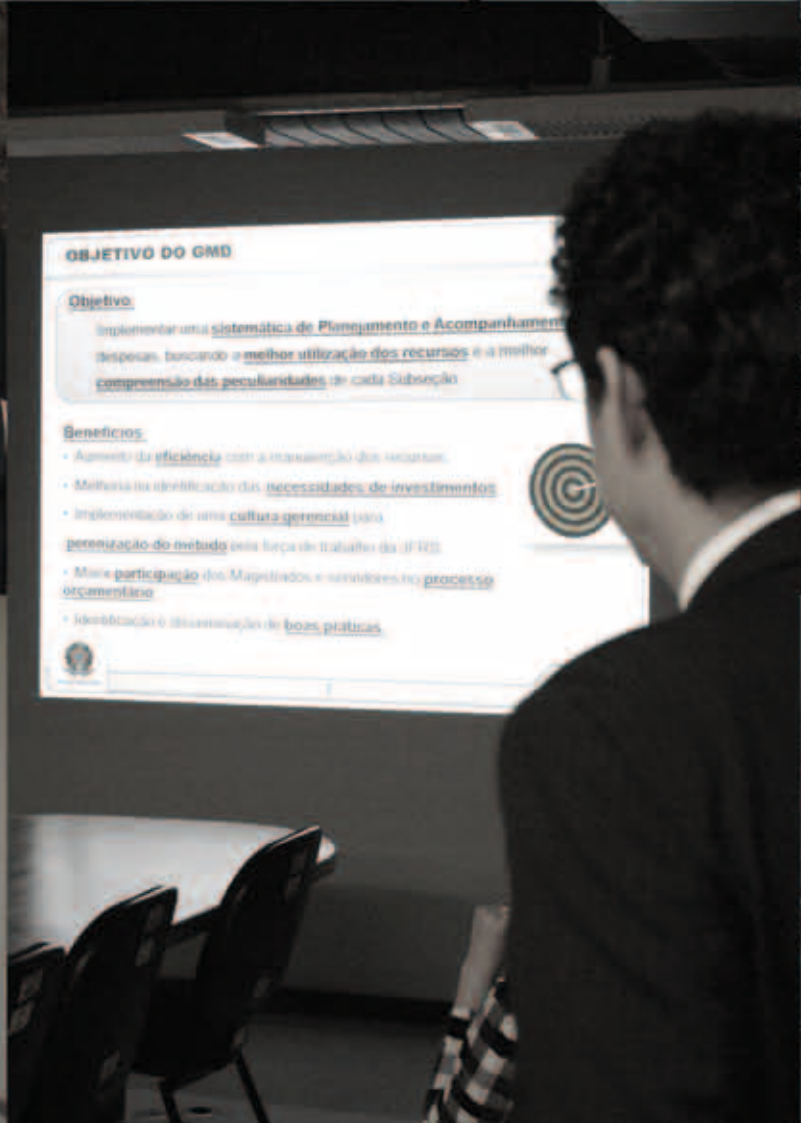


Servidores da Subseção de Passo Fundo que atuaram no Dia da Responsabilidade Social



Doações arrecadadas pela Subseção de Santo Ângelo







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

WWW.JFRS.JUS.BR